

Narram-nos os Livros Sagrados que Adão e Eva, estando no Paraíso, foram cumulados de dons sobrenaturais muito superiores aos de sua simples natureza humana, originada, a partir do barro deste mundo, em seu elemento físico. O homem fora criado em estado de graça, gozando das harmonias oferecidas pelo dom de integridade. Sua razão estava submetida a Deus, a vontade à razão, a sensibilidade à vontade. Sem qualquer desordem no conjunto de suas paixões e desejos,¹ era ele capaz de conhecer tudo quanto existia na obra da criação, e de sempre escolher o que estivesse de acordo com a santíssima vontade de Deus. Continuamente, Adão era convidado a praticar atos de virtude, os quais possuíam os méritos de uma alma imaculada.

Esse elevado conhecimento, que sobrepujava a sua natureza, exercia-se em primeiro lugar em relação a Deus, a Quem distinguiu “de um modo mais sublime do que o nosso, sendo o seu conhecimento um meio termo entre o conhecimento desta vida e o do Céu”,² segundo São Tomás de Aquino.

E, mais adiante, o mesmo Doutor Angélico enriquece seus comentários acolhendo esta opinião de Santo Agostinho: “‘Talvez, Deus antes falasse com os primeiros homens, como agora fala com os anjos, ilustrando-lhes as mentes pela própria verdade imutável’ [...] embora não com tanta participação da divina essência como a de que são susceptíveis os anjos”.³

Em posse desse elevado conhecimento — “Adão [...] tinha ciência de todas as outras coisas”⁴ — estava o primeiro homem, capacitado a instruir todos seus descendentes que com ele convivessem. Ademais, para poder bem governar a vida humana, concedeu-lhe Deus, em alto grau o conheci-

1) Cf. AGOSTINHO, Santo. *De Civitate Dei* c. 10.

2) AQUINO, São Tomás de. *Suma Teológica* I q. 94 a.1 sol. — “Cognoscebat tamen Deum quadam altiori cognitione quam nos cognoscamus, et sic quodammodo eius cognitio media erat inter cognitionem praesentis status, et cognitionem patriae, qua Deus per essentiam videtur”.

3) Idem, ibidem.

4) Idem, ibidem, I q. 94 a. 3, sed contra: “Adam [...] habuit omnium aliorum scientiam”.

mento do sobrenatural, ou seja, das verdades relacionadas com as virtudes teológicas.⁵

Contudo, o pecado veio desfazer essa maravilhosa ordem interior no primeiro casal e em sua posteridade. A razão já não voava fácil e prontamente rumo à verdade; as paixões perderam aquela dócil obediência à vontade que antes possuíam. O conhecimento já não distinguia o bem com a mesma clareza e élan; o homem parecia fadado à eterna desventura: “Todos os pensamentos de seu coração estavam continuamente voltados para o mal” (Gn 6, 5).

A clemência divina, entretanto, mostrou-se misericordiosa para com a humana criatura, não a abandonando à mercê de seus culpados desregramentos. Ao expulsar o homem do Éden, prometeu-lhe a vinda do Redentor, que haveria de um dia fazer reinar a graça entre aqueles, doravante, submetidos à corrupção. No mar revolto da condição *post* pecado original, pairava a esperança de poder tornar a mover-se mais facilmente em direção ao bem, com o auxílio divino, a vontade humana.

Outra manifestação de Sua infinita bondade: deixou Deus a lei natural vincada de forma indelével no coração do homem, para que ela sempre lhe relembresse o bem a ser praticado e o mal a ser evitado. Esta lei, todavia, não possui a eficácia de outrora sobre o livre-arbítrio do homem que, quando o emprega mal, a pode desprezar. Consentindo em realizar atos diferentes dos indicados pela própria consciência inocente e reta, ele busca justificá-los com falsos argumentos, a fim de encontrar diante de si abertas as portas para realizar novas ações contrárias à lei.

Ao abraçar essa via, a criatura racional paulatina e progressivamente obnubila seu senso moral, até reduzir ao mínimo sua noção de bem e de mal, assim como a dos outros transcendentais do ser. Trata-se de um dos maiores infortúnios que pode suceder ao homem, pois como consequência, passará a osten-

5) *Idem, Ibidem*: “Sicut primus homo institutus est in statu perfecto, quantum ad corpus, ut statim posset generare; ita etiam institutus est in statu perfecto, quantum ad animam, ut statim posset alios instruere et gubernare.

“Non potest autem aliquis instruere, nisi habeat scientiam. Et ideo primus homo sic institutus est a Deo, ut haberet omnium scientiam, in quibus homo natus est instrui. Et hæc sunt omnia illa quæ virtualiter existunt in primis principiis per se notis, quæcumque scilicet naturaliter homines cognoscere possunt. — Ad gubernationem autem vitæ propriæ et aliorum, non solum requiritur cognitio eorum quæ naturaliter sciri possunt; sed etiam cognitio eorum quæ naturalem cognitionem excedunt, eo quod vita hominis ordinatur ad quemdam finem supernaturalem: sicut nobis ad gubernationem vitæ nostræ necessarium est cognoscere quæ fidei sunt. Unde et de his supernaturalibus tantam cognitionem primus homo accipit, quanta erat necessaria ad gubernationem vitæ humanæ, secundum statum illum”.

tar um “coração de pedra” (Ez 11, 19; 41, 16), no qual quase não mais se notarão as amorosas marcas da Lei, impressas pelo dedo de Deus.

Nova intervenção misericordiosa de Deus em favor dos degredados filhos de Eva: condescendeu revelar de modo claro a Moisés, no Monte Sinai, a Lei pela qual eles deveriam ordenar seus atos. Entretanto, mesmo isso ainda não foi suficiente. A natureza humana — devido à sua constituição entranhadamente lógica — tem a inclinação de procurar justificar, com argumentos racionais, qualquer ato que deleite às suas desvairadas inclinações. Daí ter Deus estendido ao homem, não só a Lei mas, também, a graça, para dessa forma, além de ilustrar a inteligência, fortalecer a vontade.

O Decálogo, tal como um pedagogo (cf. Gl 3, 24), esclarece o intelecto do homem rumo à procura do bem, sempre de acordo com a natureza da criatura racional chamada à vida sobrenatural.⁶ Com o auxílio da graça, torna-se possível a estabilidade na prática da virtude, e conseqüentemente o cumprimento da Lei. A graça e a lei se abraçam e se osculam na alma do justo.

Sabemos, porém, que se a Lei é facilmente inteligível pelo justo, não o é tanto por aqueles que têm o coração afeito ao mal. Ao pecador faltará a clareza da lei e a determinação de praticá-la, pois não quererá se servir do auxílio da Graça, e por isso nele não haverá esse conúbio. Apaixonar-se-á pelo erro e se entregará ao mal, tomando por bem aquilo que é a causa de sua perdição. E sempre que procurar abraçar o mal, ver-se-á solicitado a elaborar um sofisma para aquietar sua consciência.

Ora, a fim de evitar os desvios e as interpretações errôneas originadas pelas carências do homem decaído, e mais ainda, a criação desses sofismas, o Senhor concedeu à Sua Igreja a magnífica dádiva da infalibilidade. Qual navio orientado por um luminoso farol em tempestuoso mar, o homem pode certificar-se de estar sempre escolhendo a via certa, desde que permaneça amorosa e devotamente unido a essa divina instituição.

A Igreja ensina a lei, que ordena os atos, de modo a discernirem os homens com clareza o caminho a seguir; pelos Sacramentos distribui a graça para realizar o bem e admirar o belo. Na Santa Igreja, tal como no homem virtuoso vivendo sob as más inclinações oriundas do pecado original, mais uma vez encontramos o ósculo sagrado entre a lei e a Graça.

Dentre ambas, é bastante evidente a primazia ocupada pela graça, pois concede àquele que a recebe, a participação na vida divina. Não nos esqueçamos, sem embargo, que a Lei foi criada por Deus de forma eminentemente

6) Cf. *Idem*, *Ibidem*, I-II qq. 90-97.

sapiencial, dado ser Ele onipotente e onisciente, para reger os atos humanos pelas vias da graça. Daí resulta ser a função do legislador muitíssimo importante, pois a ele compete interpretar a vontade de Deus e o sopro do Espírito Santo, adequando as leis positivas aos desígnios divinos. Ele quer o auxílio do legislador nessa missão, e por isso o inspira: para que faça da graça uma lei.

NORMAS PARA OS COLABORADORES

Os artigos devem ser enviados em CD ou anexo de e-mail, com uma cópia impressa. Também devem ser enviados um resumo (10 linhas) e os dados relativos à titulação do autor, atividade atual, endereço, etc. Os artigos devem ter **entre cinco mil e seis mil palavras**.

As referências bibliográficas devem ser apresentadas conforme as normas da ABNT. As notas de referência bibliográfica poderão ser apresentadas ao pé de cada página, com referência completa ou colocadas no fim do artigo.

Os autores serão notificados sobre a decisão do Conselho Editorial quanto à sua publicação ou não. Receberão um exemplar da revista e vinte separatas do artigo publicado.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Endereço para envio de artigos:

Revista Lumen Veritatis

Rua Tabelaio Passarella, 288 A, Sala 116 - Centro - Mairiporã, SP - CEP 07600-000

E-mail: lumenveritatis@arautos.com.br